



INCLUSÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Salette Mendes de Oliveira¹

Rovian Silva da Silva²

Arisa Araujo da Luz³

Introdução

Recorrente em falas, discursos, pesquisas e com considerável literatura, a temática da inclusão da pessoa com deficiência hoje está disposta em Lei, nº 13.146 (BRASIL, 2015). Um direito indiscutível, mas assim como a educação (BRASIL, 1988; 1996), em prática, pouco ou minimamente se efetiva. Assim, as discussões aqui apresentadas provêm de pesquisas realizadas no projeto *Revisando Dados e Metodologias: Inclusão Escolar na Escola e na Formação Inicial Docente*⁴⁴, cujo objetivo deste projeto foi investigar qual preparo as docentes do curso de pedagogia, formação docente inicial, consideram como fundamental para a inclusão escolar.

A partir de estudos e discussões realizada no Grupo de Pesquisas Inclusão Escolar e Práticas Docentes, desde 2002, inicialmente centrando na inclusão escolar e, partindo das vivências da orientadora e pesquisadora, enquanto professora supervisora de escola pública, a temática foi ampliada para a formação docente inicial. Neste contexto, faz-se importante traçar brevemente a caminhada, pautada nas crenças do grupo de estudos. Desde os anos 80 do século passado, onde com demais professoras de escola pública estadual, neste município da região das missões, iniciamos um trabalho para que todos tivessem acesso e permanência na escola regular. Nesta luta - pois foi uma verdadeira luta das famílias e escolas - é que

¹ Assistente Social, graduanda em Pedagogia, voluntária no Grupo de Pesquisa: Inclusão Escolar e Práticas Docentes, bolsista do programa INICIE/UEGRS - INICIE-AAF/UEGRS - INOVATEC/UEGRS - PROBIC/PROBITI-FAPERGS - PIBIC/PIBIC-AF/PIBITI-CNPq no período de abril a dezembro de 2019, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UEGRS, Unidade Universitária em São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil, E-mail: salete-oliveira@uegrs.edu.br.

² Biomédico, pós-graduando em Gestão em Educação: Supervisão e Orientação, voluntário no Grupo de Pesquisa: Inclusão Escolar e Práticas Docentes, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, Unidade Universitária em São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil, E-mail: rovian-silva@uegrs.edu.br.

³ Doutora em Educação, professora adjunta, ex-reitora e atual Diretora Regional do Campus IV da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, coordenadora do Grupo de Pesquisa: Inclusão Escolar e Práticas Docentes. E-mail: arisa-luz@uegrs.edu.br.

⁴ Aprovado pelo edital 28/2018 do Programa INICIE/UEGRS - INICIE-AAF/UEGRS - INOVATEC/UEGRS, PROBIC/PROBITI-FAPERGS, PIBIC/PIBIC-AF/PIBITI-CNPq.



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

surtem as classes especiais. Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN - Lei 9394/96, a inclusão escolar deverá acontecer nas turmas do ensino regular e surgem as salas de recursos. Mais tarde, com a denominação de Atendimento Educacional Especializado – AEE, conforme a Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Inclusiva. (2007, p.17).

Desta caminhada na escola regular, superando as barreiras da educação básica, foi no início somente lá nos anos 2.010 que o alunado, caracterizado como pessoa com deficiência, legalmente adentra a Universidade. Havendo, em um primeiro momento, o acesso. Depois, a Universidade precisa dar conta, em seus currículos e processos de ensino/aprendizagem, da inclusão destas pessoas, respeitando-lhes os direitos e as especificidades, com garantidos acesso, permanência e alcance de potencialidades. Busca-se, então, meios de trabalhar, mesmo que ainda fragmentados, como a formação docente inicial.

O grande desafio para as universidades é formar educadores que não sejam apenas instrumentos de transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, de novas atitudes frente à diversidade humana. Além disso, devem ser preparados para construir estratégias de ensino [...]. Cabe também as faculdades ou cursos de Educação trabalhar com a formação continuada dos atuais professores, e incentivar o vínculo direto entre professores da educação especial e do ensino regular. (VEIGA, 2020, P. 76).

A partir daí, muitos questionamentos e dificuldades vivenciadas, tanto na educação básica, verificados/as e reproduzidos/as na formação inicial, quanto no ensino superior. Perante tais constatações, justificasse a relevância dessa pesquisa, sendo, exatamente neste espaço de vivências em que também se materializa. Para dar conta dessa pesquisa, por se tratar de uma pesquisa social, na área das ciências humanas, na educação, adotou-se como encaminhamento metodológico a cartografia, a qual possibilita mapear os saberes e dizeres terminológicos abordados, até as práticas docentes realizadas.

Nesse sentido, os discursos, as ações e as práticas emergem, em todo o processo, sustentando-se na subjetividade, contribuindo para os propósitos da investigação. Kastrup (2007, p. 01) diz que:

A cartografia é um método formulado por G. Deleuze e F. Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. [...]. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método *ad hoc*. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procure estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo.



Os Caminhos da Inclusão na Formação Inicial docente

A educação inclusiva no ensino superior é direito fundamental da pessoa humana, atendidos os requisitos de mérito e capacidade, e se dá mediante a implementação, por parte do Poder Público competente, de uma série de medidas na educação para evitar a exclusão e proporcionar acesso e permanência dos grupos sociais, que foram historicamente alijados do direito à educação, dentre os quais a pessoa com deficiência (RIBEIRO, 2016, p.116).

Retomando as questões mobilizadoras desta produção, ao investigar qual o preparo das docentes do curso de pedagogia, formação docente inicial, consideram como fundamental para a inclusão escolar, afirmaram que os caminhos da inclusão na Educação Superior, são pela transversalidade com a temática.

No tocante, a explicitar quais práticas docentes que estimulam a inclusão escolar, houve observações *in loco*. Já, ao analisar a importância das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas em sala de aulas na inclusão de acadêmicos(as) da UERGS na construção de aprendizagens específicas para atuar no ensino fundamental anos iniciais e educação infantil, visando a inclusão de todos(as), acompanhou-se as várias estratégias da professora para que uma aluna cega, aprendesse, sempre descrevendo tudo que iria realizar e solicitando a apresentação das atividades específicas para atuar com turmas de educação infantil.

Percebemos que, na formação docente, os professores se deparam com os mesmos problemas já enfrentados nas salas de aulas no ensino fundamental e médio. Embora o discente com deficiência já tenha sido inserido no meio escolar, ele traz consigo, suas características e é aceito pela sociedade e por existir uma lei que garante o direito de estar na escola. Reafirmamos que a inclusão existe, mas ela é verdadeira? O discente realmente está incluso e tendo o mesmo aprendizado que os demais? O discente com deficiência é aceito pelos outros alunos de forma natural ou é hostilizado e apenas lhe é permitido estar frequentando uma universidade porque este direito é garantido por lei? São questionamentos que ainda não temos respostas e que serão sempre complexas de responder.

Ao observarmos situações na universidade, podemos afirmar que a inclusão é muito mais um fator social que uma preocupação verdadeira com o aprendizado daqueles que possuem uma deficiência. Ou seja, se a pessoa com deficiência for alguém pertencente a uma família que possui uma excelente relação na sociedade, será incluso, aceito e visto com um olhar diferenciado, suas oportunidades serão ampliadas e sua vida será igual a de qualquer



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

outro aluno. Claro, levando em consideração suas características, mas sua deficiência não o tornará uma pessoa sem oportunidades de participação (WERNECK, 2006; MAZZOTA, 2002).

Percebe-se que, muitas das barreiras para a pessoa com deficiência, não são barreiras arquitetônicas, e sim aquelas condições criadas para incluí-los, mas que de alguma forma levam à exclusão. Não obstante, em relação ao trabalho com alunos inclusos, ainda é comum, certa insegurança por parte dos docentes. Muitas vezes, refletida em queixas e reclamações das condições institucionais, para permanência com aprendizagens efetivas.

Neste momento, dentro da universidade, podemos afirmar a importância de docentes possuírem um olhar humano para com o aluno com deficiência, ver no aluno suas potencialidades e com embasamento teórico, estratégias, técnicas e metodologias necessárias para que o aprendizado ocorra verdadeiramente e desenvolva com aluno(a) com deficiência sua capacidade de aprender e interagir com os demais da turma e da própria universidade. Para isso, será necessário, por parte dos docentes, uma percepção sensível, que tenha condições de ver na deficiência daquele aluno a melhor forma de desenvolvê-lo intelectualmente, para atuar como docente da educação básica.

Para que a inclusão ocorra verdadeiramente, é necessário que o alunado com deficiência esteja participando, efetivamente, e seja visto como uma pessoa com potencialidades, criatividade, competitividade e capacidades de desenvolvimento intelectual (MANTOAN, 2003; MITTLER, 2003). Só assim, o mesmo terá uma verdadeira inclusão, pois não basta estar dentro de uma universidade, é necessário estar participando ativamente e tendo aprendizados constantes, evoluindo como pessoa e também como futuro profissional, visto que a universidade visa formar sujeitos críticos e produtivos. Ter as mesmas possibilidades que toda a turma, como participar de projetos de pesquisa, extensão e no caso das licenciaturas, participar do PIBID e RP.

A inclusão que queremos é aquela que acolha o(a) aluno(a) com um olhar humano, não um olhar de piedade, um olhar que veja na deficiência que possui limitações, mas principalmente potencialidades e que se tiver o auxílio de pessoas qualificadas e especializadas terá oportunidades de se descobrir capaz, inteligente e produtivo, conforme Mantoan (2015 e 2001) em seus escritos.



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

Cabe a nós termos esse olhar, buscarmos na tecnologia, na ciência, no conhecimento auxílio para ofertar ao aluno com deficiência o que de melhor podermos oferecer, visto que nos deparamos diariamente com barreiras quase intransponíveis, isso para todas as pessoas.

A inclusão será efetivada quando a pessoa com deficiência poder participar das atividades propostas com a mesma autonomia, com as mesmas oportunidades (WERNECK, 2006; MANTOAN, 2001). Sabemos que é um caminho longo a ser percorrido, mas é necessário que o seja. Pois, acreditamos, somente assim a inclusão será verdadeira, ofertando ao aluno com deficiência um caminho de possibilidades e transformando pensamentos. Desmistificando estereótipos de que a pessoa com deficiência deve ser “escondida”.

Na Universidade, ainda, a inclusão de pessoas com deficiência é vivida com dificuldades, com superação de quem tem alguma característica diferente e que luta, quase solitariamente, para ser visível. Infelizmente, o sucesso de acadêmicos(as) com características diferentes está vinculado quase exclusivamente à própria pessoa e a sua família.

Como resultado dessa pesquisa, afirmamos, com base no rigor metodológico, que até mesmo as pesquisas realizadas com essa temática, acabam priorizando, mesmo na área das humanas, projetos que ao final apontem resultados concretos de mudanças, ou seja, a percepção é de que as pesquisas precisam ter utilidade, indicando manuais de como agir ou preparar docentes para trabalhar com pessoas com deficiência. O que é impossível!

Enquanto grupo de pesquisa, percebemos como se fosse uma luta quase inglória, em que só há entraves a serem superados e não potencialidades a serem exploradas com o discente com deficiência, como se as práticas docentes na Universidade estivessem enraizadas em um aluno homogêneo. Felizmente essa luta é permanente e já aponta resultados. Acreditamos que, embora pareça uma afirmação ingênua, sem perceber a mudança de postura que toda a universidade/escola deve ter diante deste direito constitucional de todos(as) na escola, a inclusão ainda terá longo percurso. E, isso, apenas no tocante às aprendizagens.

Com isso, o papel da universidade é justamente proporcionar ao aluno com deficiência a oportunidade de fazê-lo se perceber produtivo, capaz e participativo, oportunizá-lo conhecimento e desenvolvimento para participar ativamente da sociedade e de todas as atividades que desejarem.

Assim, aprofundar essa investigação nos possibilitou, além de envolver os colegas docentes do Curso de Pedagogia – Licenciatura da universidade nos debates com a temática da inclusão, ao mesmo tempo, a produção de conhecimentos sobre a trajetória da educação



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

inclusiva no município, pela compilação de dados e histórias, apresentados aqui previamente. Ousamos, ainda, sugestivos apontamentos para os caminhos e a efetivação da inclusão escolar. Ou, ao menos, que conduzam a melhores entendimentos, através de debates e diálogos com a sociedade.

Considerações finais

Infelizmente, as questões trazidas desde o início do processo de inclusão de pessoas com deficiência na educação básica, repetem-se no Ensino Superior. Se na escola temos uma longa caminhada na e com a inclusão, desde a década de 70 do século passado e mesmo assim, os problemas continuam, na formação inicial docente, na universidade, não é diferente.

Acreditamos e repetimos sempre, que no momento que houver a mudança de pensamento sobre a inclusão escolar, em que possamos acreditar que há espaços para todos e todas na escola e na universidade, vamos buscar formação e vamos conseguir vivenciar uma universidade/escola inclusiva. Sem este querer, afirmar-se que, mesmo havendo investimentos financeiros ou econômicos, continuaremos a repetir velhas e cansadas expressões: *não temos preparo, não temos formação, não temos...*

Ao finalizar, mesmo que provisoriamente, reforça-se a necessidade de que o tema inclusão escolar mantenha-se em destaque, não como uma certeza absoluta, mas como uma alternativa de uma escola/universidade acolhedora e mais humana.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 jul. 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação inclusiva na Perspectiva da Educação** Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

KASTRUP, Virgínia. O Funcionamento da Atenção no Trabalho do Cartógrafo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 15-22, 2007.



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

LUZ, Arisa Araujo da. **Uma Educação Que É Legal! É possível a inclusão de todos na escola?** 2006. 166f. Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão.** São Paulo: Memnon, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015 (2º reimpressão).

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais:** reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva:** contextos sociais. Trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RIBEIRO, Disneylândia Maria. Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Superior. In.: RODRIGUES, Irene Elias (Org.). **Educação Inclusiva:** um desafio para o século XXI. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

VEIGA, Rosimeri Silva da. **Inclusão:** uma questão de atitude. Curitiba: Apris, 2020.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva.** 2.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

WERNECK, Claudia. **Sociedade inclusiva:** Quem cabe no seu TODOS. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, out/2006.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Universidade. Escola. Docência. Discente.